



IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ISSN: 2594-5688

secretaria@sbap.org.br

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

**JOVENS MÃES DE BAIXA RENDA E A PORTA ESTREITA DA
RELEVÂNCIA: DESAFIOS DA INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA
EM SANTANA DO LIVRAMENTO-RS**

LUISE RODRIGUES ANTUNES, GUSTAVO SEGABINAZZI SALDANHA,

**GRUPO TEMÁTICO: 12 Gestão social, poder local e
desenvolvimento territorial**

IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022.
Sociedade Brasileira de Administração Pública
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

JOVENS MÃES DE BAIXA RENDA E A PORTA ESTREITA DA RELEVÂNCIA: desafios da inclusão produtiva urbana em Santana do Livramento-RS

Resumo:

O objetivo desse estudo é identificar os tipos de ações de inclusão produtiva disponíveis para as jovens mães de baixa renda do município de Santana do Livramento/RS e conhecer as barreiras que essas mulheres enfrentam para acessar tais ações. Para tanto, optou-se uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa de campo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com organizações ofertantes de ações de inclusão produtiva (entidades financeiras, Sistema Nacional de Emprego, instituição de qualificação profissional) e com jovens mães de baixa renda. Os resultados da pesquisa apontam que as jovens mães do município possuem dificuldades para inserem-se no mercado de trabalho, poucas oportunidades compatíveis com o seu cotidiano, dificultando a busca pela autonomia socioeconômica e a ruptura da pobreza intergeracional. Dessa forma, ressalta-se a importância da formulação de políticas públicas de inclusão produtiva acessível para o público de baixa renda.

Palavras-Chave: Inclusão Produtiva, Baixa renda, Jovens mães, Políticas Públicas

1. Introdução

No Brasil, os programas condicionados de transferência de renda começaram a ser implementados em meados dos anos oitenta. Focados no aumento do capital humano e de seus beneficiários, com o intuito de amenizar a pobreza e combater a insuficiência de renda dos necessitados (OLIVEIRA e SOARES, 2013). A partir dessa mudança referentes às políticas públicas brasileiras, foram efetivados vários projetos sociais tendo como público-alvo as pessoas em estado de vulnerabilidade.

Dados de abril de 2022 informam que o Cadastro Único possui aproximadamente 85 milhões de pessoas inscritas. Dessas, aproximadamente 55% encontram-se em situação de extrema pobreza (renda per capita de até R\$105,00); 10% em situação de pobreza (com renda entre R\$105,01 e R\$ 210,00 por pessoa); 22% classificam-se como baixa renda (renda per capita de até R\$210,00 e R\$606,00), e 13% com renda per capita acima de R\$606,00 até um limite de renda total de 3 salários-mínimos (R\$3.636,00). Do total, as mulheres representam 56,22%, chegando a representar mais 60% se analisado o recorte etário entre 25 a 49 anos.

Apesar das mulheres já conquistarem mais espaço no mercado de trabalho ao longo dos anos, ainda existe assimetria nesse contexto como na manutenção do emprego, salários menores que os dos homens, bem como uma difícil ascensão profissional. Tudo isso se deve à existência de um cenário predominante masculino, impedindo a quebra de barreiras femininas (CORRÊA, 2004).

Com base nisso, surge o problema de pesquisa: quais os desafios da inclusão produtiva urbana para jovens mães de baixa renda da cidade de Santana do Livramento?

Com o propósito de responder a pergunta de pesquisa, tem-se como objetivo geral: analisar quais são os fatores que dificultam a inserção de jovens mães de baixa renda na inclusão produtiva, e se tem como objetivos específicos: 1) identificar os tipos de ações de inclusão produtiva urbana disponíveis para as jovens mães; 2) Conhecer os obstáculos para conseguir acesso à inclusão produtiva urbana para jovens mães.

Para fazer frente ao problema de pesquisa, identifica-se que um método sustentável, a longo prazo, para redução da pobreza é o aumento do nível de renda dos necessitados a partir da inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, as políticas de inclusão produtiva têm ganhado um amadurecimento frente à sociedade, combatendo de melhor forma os desafios da pobreza e da exclusão social, vindo com elas uma série de programas voltados para estimular o empreendedorismo e a empregabilidade (FUNDAÇÃO ARYMAX, 2019, apud RIGOLINI, 2016a).

2. Políticas públicas de inclusão produtiva e seus desafios para o público de baixa renda

As políticas sociais foram constituídas com base no anseio da população por transformações das necessidades que manifestavam no seu cotidiano por direitos políticos, civis, sociais e humanos (NUNES, 2012).

Segundo Silva (2011), diante dos eixos propostos pelo Governo Federal para erradicação da pobreza, o acesso a uma renda mínima é a mais urgente das necessidades básicas do cidadão, dando as garantias mínimas para o sustento. Posteriormente, sendo um direito do indivíduo, vem o acesso a serviços públicos, garantindo serviços básicos como saneamento básico, assistência médica, transporte coletivo e a inserção cultural (escolaridade, lazer e cultura). Ainda na visão do autor, a política pública de inclusão produtiva seria o meio do indivíduo ter acesso a um trabalho e conseqüentemente a uma renda, conseguindo prover de forma autônoma as dificuldades relacionadas ao seu sustento e de sua família.

As políticas públicas de inclusão produtiva visam gerar renda e trabalho, sendo programas relacionados principalmente para indivíduos em idade laboral, que se encontram em situação de pobreza e carência social. Para esses são ofertados formação educacional básica, cursos capacitantes, apoio à micro empreendimentos, além de empregos diretos e indiretos (SILVA, 2020).

Dessa forma, para que as políticas de inclusão produtiva funcionem corretamente e consigam suprir as demandas da sociedade, não basta que sejam ofertadas

amplas oportunidades, mas também fazer com que tais oportunidades cheguem aos mais necessitados. Eles precisam ter conhecimento de tais políticas, além de possuírem a capacitação necessária para exercê-las, bem como também precisam de uma garantia de renda mínima, auxílio transporte e alimentação (BARROS, MENDONÇA, TSUKADA, 2011). Adicionalmente, a política pública de inclusão produtiva pode se dar de duas formas: rural (facilitando o acesso a atividades agrícolas) e urbana.

Segundo IBGE (2014), as ações de inclusão produtiva urbana aplicadas no Brasil relacionadas ao empreendedorismo individual e coletivo, à capacitação profissional e à intermediação de mão de obra, são: qualificação profissional, intermediação de mão de obra, mobilização para cursos de qualificação profissional, cursos de qualificação ou capacitação profissional, fomento a empreendimentos individuais urbanos, fomento a empreendimentos coletivos urbanos, assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos, assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos urbanos, incubação de empreendimentos, fomento ao artesanato e doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho.

No entanto o público de baixa renda enfrenta muitos desafios para chegar até essas políticas públicas. Nas palavras Dihl (2015), o mercado de trabalho procura o trabalhador multifuncional, com bastante capacidade e experiência na sua área, independente de qual ela seja, alguém que esteja apto para ser um líder e tomar sempre as melhores decisões.

No âmbito da assistência social, a inclusão produtiva não se reduz apenas à entrada no mercado de trabalho, pois com ela vêm algumas demandas que dificultam essa inserção como: baixa escolaridade, pouca experiência profissional, vagas limitadas de empregos, carência de auxílio transporte e de creches (MONTAGNER, MULLER, 2015).

Um dos maiores desafios da inclusão via emprego é conseguir conectar as pessoas com as oportunidades. A maneira mais clara e eficiente para se conseguir isso é identificando as necessidades de mão de obra do contratante e o que o trabalhador conseguirá ofertar (FUNDAÇÃO ARYMAX, 2019).

Na visão de Souza (2013), a inclusão produtiva na Assistência Social está relacionada principalmente à realização de cursos capacitantes, tendo a finalidade de inserir o indivíduo no mercado do trabalho ou estimular seu empreendedorismo. Dessa forma, seria um modo de capacitar a população de baixa renda para que, na hora necessária, possua as demandas do mercado de trabalho. No entanto, mesmo com essa

capacitação não é garantido que haverá oportunidades para esses indivíduos, levando em conta que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente.

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013), o empreendedorismo nem sempre é a melhor estratégia para inclusão produtiva, uma vez que este poderá ser falho em vários sentidos. Para estimular o espírito empreendedor entre a população carente, cursos de capacitação são ofertados; percebe-se, entretanto, muitas vezes, que os indivíduos não têm vocação para tal atividade, sendo isso consequência de viverem em um ambiente sem estímulos sociais, ou em razão de uma escolaridade baixa ou nula.

A Fundação Arymax (2020) ressalta que os principais desafios do empreendedorismo urbano se dão pela dificuldade de empreender no Brasil, seja pela deficiência na educação, acesso cada vez mais restrito aos mercados, alta taxas de juros ou então difícil acesso a créditos. Ainda nas palavras da Fundação, pontuaremos os obstáculos da inclusão produtiva via trabalho, como o pouco engajamento dos que buscam emprego, cursos capacitantes desconectados com a demanda do mercado de trabalho, redução de vagas de emprego pelo avanço da tecnologia e a dificuldades das empresas de reconhecer os perfis dos candidatos.

O Acórdão 1756/2020 do Tribunal de Contas da União, mostra que apesar de uma melhora significativa na colocação de pessoas no mercado de trabalho, a inclusão produtiva não vem atingindo números significativos ao longo de várias gestões do Governo Federal. Na sessão 9.2.1.4. do acórdão é decretada a "exigência na divulgação das agências do Sine do Programa Escola do Trabalhador, bem como das demais formas de qualificação gratuitas promovidas pelo Governo Federal aos postulantes às vagas de emprego, inclusive divulgando as parcerias com o Sistema S" (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2020).

Já no Acórdão N° 959/2021 do Plenário, relatado pelo ministro Walton Alencar Rodrigues em seu decreto 1.6.4., é pedido o "desenvolvimento conjunto de mapas de demanda por cursos de qualificação que auxiliem na articulação entre os ministérios, sobretudo o Ministério da Cidadania, a Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia e o MEC, de modo a estimular a inserção da população mais vulnerável no mundo do trabalho" (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2021, p.2).

Portanto, ressalta o difícil acesso de pessoas de baixa renda ao mercado de trabalho e aos meios de capacitação para o empreendedorismo. Mesmo com as políticas de inclusão ainda há uma carência de cursos capacitantes que agreguem para trazer

empregabilidade para os mais vulneráveis. Conforme os dados do TCU, elas precisam ser reavaliadas e melhor distribuídas para que mais pessoas possam delas usufruir.

Diversos autores (Fundação Arymax, 2020, Fernandes et al., 2019 e Montagner, Muller, 2015) sistematizaram os desafios para inclusão produtiva urbana de pessoas de baixa renda: baixa escolaridade, inexperiência dos jovens, vagas de emprego limitadas, carência de auxílio transporte, carência de creches, falta de capacitação e discriminação de grupos sociais. A seguir, será apresentado o percurso metodológico que foi utilizado na pesquisa.

3. Percurso metodológico

Para alcançar os resultados com o estudo e identificar os tipos de ações de inclusão produtiva urbana disponíveis para as jovens mães e conhecer os obstáculos enfrentados por elas, optou-se por realizar uma pesquisa de abordagem e característica.

A opção pela pesquisa descritiva ocorreu pela pretensão de conhecer as ações disponíveis e compreendendo as dificuldades e obstáculos das jovens mães para chegar até a inclusão produtiva. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva possui como objetivo preponderante descrever as características de determinada população ou fenômeno.

O método que influenciou esse trabalho foi pesquisa de campo, que segundo Gil (2002) busca compreender um único grupo ou comunidade em termos de seu caráter social, ressaltando a interação com seus componentes. A escolha pelo método ocorreu pelo interesse em buscar interação com o público alvo no ambiente em que ele vivencia. Buscou-se apoio com a coordenadora dos Centros de Referência em Assistência Social do município para identificar os locais que seria possível contatar o perfil de mulheres do estudo

Como técnica de coleta de dados, fez-se a escolha pela entrevista semiestruturada. Para Gil (2017), as entrevistas são úteis para pesquisas cujo objetivo é a obtenção de dados referentes a um grupo ou tópico específico. Assim, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com as jovens mães e optou-se por não gravar as conversas para dar mais confiança e liberdade para elas. Também foram aplicadas entrevistas com organizações sediadas no município para identificar as ações de inclusão produtiva que são ofertadas para as jovens, no entanto as conversas foram gravadas para facilitar na transcrição dos dados.

No quadro 1, apresenta-se o perfil dos entrevistados das organizações e no quadro 2 o perfil das jovens mães que participaram do estudo, destacando-se que a maioria tem mais de um filho e encontravam-se desempregadas no período da pesquisa.

Quadro 1 - Perfil das pessoas das organizações entrevistadas

Pessoa	Organização	Área	Sexo	Tempo na organização	Cargo ocupante
A	Sicredi	Financeira	M	4 meses	Gerente da agência
B	Banco do Brasil	Financeira	M	20 anos	Gerente Geral
C	Bradesco	Financeira	F	15 anos	Gerente Geral
D	Banrisul	Financeira	M	19 anos	Gerente Adjunto
E	Cresol	Financeira	M	9 meses	Gerente da Agência
F	Santander	Financeira	M	22 anos	Gerente Geral
G	SEBRAE	Qualificação profissional	F	15 anos	Analista de relacionamento
H	SINE	Intermediação de mão de obra	M	1 ano	Coordenador da agência

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 2 - Perfil das mães entrevistadas

Mães	Local da entrevista	Atual função	Nº de filhos	Estado Civil	Escolaridade
A	ESF- Vila Real	Desempregada	2	Casada	Ensino Médio
B	Bairro Brasília	Empreendedora	2	Solteira	Ensino Superior
C	ESF- Vila Real	Empregada	2	Solteira	Ensino Médio
D	ESF- Vila Real	Desempregada	1	Casada	Ensino Médio
E	ESF- Vila Real	Empregada	1	Solteira	Ensino Médio
F	ESF- Vila Real	Desempregada	1	Casada	Ensino Médio
G	ESF- Vila Real	Desempregada	1	Casada	Ensino Médio
H	ESF- Vila Real	Desempregada	2	Casada	Ensino Médio
I	ESF- Vila Real	Desempregada	3	Casada	Ensino Médio

Fonte: Elaborado pela autora

Como técnica de análise de dados foi realizada a partir da técnica interpretativa, pois pretendia-se relacionar o que os autores afirmam sobre o problema com os significados encontrados no campo. Gil (2002) afirma que ao elaborar uma análise interpretativa busca-se uma ligação entre os dados obtidos e os outros conhecimentos já encontrados. O próximo capítulo dedica-se a análise e discussão dos resultados.

4. Ações de inclusão produtiva urbana ofertadas no município de Santana do Livramento e os obstáculos para jovens mães de baixa renda

A seguir serão descritas as ações ofertadas pelas organizações entrevistadas e as dificuldades encontradas na pesquisa para as jovens mães acessarem à inclusão produtiva.

4.1 Ações ofertadas pelas instituições financeiras

Foram entrevistadas 6 instituições financeiras para identificar a oferta do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Dentro dessas, apenas a participante E respondeu que não oferta atualmente o Programa.

Conforme Suassuna (2011), o PNMPO se insere numa lógica solidária e de uma política de desenvolvimento caracterizada pela redução das desigualdades sociais e crescimento econômico da sociedade mais vulnerável.

Considerando-se os objetivos do microcrédito, buscou-se identificar se o público de baixa renda está acessando os serviços ofertados pelas instituições.

Ofertamos microcrédito, ele depende da análise de cadastro, vai de pessoa física ao MEI (microempreendedor individual) até a pessoa física. Depende também da taxa de juros e do cadastro da pessoa, se contém impedimento, SPC, (Serviço de Proteção ao Crédito) Serasa e da sua renda (Participante A).

A partir desse depoimento, percebe-se que não é tão simples para pessoas de baixa renda acessar ao microcrédito, devido às inúmeras exigências da organização, como comprovação de renda, e nome fora do SPC e Serasa.

Observa-se, na tabela 1, que os juros praticados nos programas das organizações dos participantes C e D, são mais altos para esse público, comparados com os juros dos outros participantes.

Tabela 1 - Programas das instituições financeiras

Intuições financeiras	Juros
Participante A	1% ao 2 % ano
Participante B	Sem resposta
Participante C	Aprox. 3% ao mês
Participante D	1,99% ao mês até 3,49%
Participante E	3 % até 4,5% ao ano
CrediAmigo	0,99 % a 2,40 %
Taxa juros previstos no PNMPO	
Até 4 %	

Fonte: Elaborada pela autora com base nas entrevistas e no Banco do Nordeste.

A maior referência em microcrédito existente na América do Sul é o Banco do Nordeste, com o programa CrediAmigo, com prazos de pagamento de 2 a 24 meses e taxas de juros que variam de 0,99 % a 2,40 %, vide tabela 1, oferecendo capital de giro e investimento para micros e pequenos empreendedores (BANCO DO NORDESTE, 2022). No entanto, as instituições financeiras destacadas estão todas dentro das normas do PNMPO, que tem sua taxa efetiva máxima de 4% ao mês (BANCO CENTRAL, 2020).

As ofertas de crédito são muito limitadas, o que é um resultado do pouco conhecimento das necessidades dos clientes de baixa renda, era para ser função dos programas públicos de microcrédito produtivo orientado, dar assistência do pequeno produtor às unidades produtiva do setor informal (BRAGA, 2011).

Muitas pessoas de baixa renda ou vão pagar o banco, ou vão comer, ou pagar uma água, luz, comprar um alimento, mas o banco já faz um cálculo sobre isso, e por isso os juros é um pouco maior, mas em governos anteriores nossos juros estiveram menores (Participante F).

Dessa forma, percebe-se que os programas de microcrédito ofertados no município exigem o cumprimento uma série de exigências que acabam dificultando o acesso ao público, como ter um comprovante ou garantia de aval, deixar carro e casas como garantias, não haver nenhum restritivo no nome. No próximo capítulo será abordado as oportunidades de qualificação profissional.

4.2 Ações ofertadas pelas instituições de qualificação profissional

A organização G, única entrevistada ofertante de qualificação profissional, oferta ações para o público de baixa renda de forma “bastante focado em desenvolver o empreendedorismo com públicos em vulnerabilidade social”. Tais ações são realizadas em parcerias com algumas organizações como o Sicredi e a Prefeitura.

A entrevistada relata que todos os cursos são gratuitos, custeando, inclusive, o transporte, feito pela instituição e seus parceiros, sendo essa característica da gratuidade uma forma de incentivar a população de baixa renda a frequentá-los.

Os cursos funcionam de maneira presencial, somente com pessoas de baixa renda, pois são muitas vezes frequentados por analfabetas que precisam de um atendimento especial. Não são feitos na agência para não os inibir ou intimá-los, tornando o ambiente o mais agradável possível.

São trabalhadas com esse público, ações comportamentais, para eles conseguirem uma motivação e um propósito de vida. Em 2020, devido à pandemia, quase

nenhuma ação aconteceu, pela necessidade de elas serem presenciais. No início de 2022 retomou-se aos poucos com medidas de segurança.

O público de baixa renda não tem conhecimento sobre esses cursos, é a secretaria de assistência social que faz uma busca cega nos bairros procurando candidatos que se encaixem no perfil dos cursos ofertados (Participante G). Tal afirmação é corroborada com as respostas das jovens mães entrevistadas. A jovem mãe A ao deparar-se com a informação da existência da oferta ficou muito interessada. Percebe-se, então, que os cursos precisam de mais visibilidade para alcançar o público de baixa renda que está em busca de capacitação profissional.

Esse público não valoriza o que é gratuito, embora eles precisem, muitas vezes se candidatam para participar de um projeto desses, mas só vêm por uma motivação como uma cesta básica e acabam largando o curso na metade, mas essa não é uma regra. (Participante G).

A partir dos depoimentos, pode-se questionar a eficácia da comunicação dessas oportunidades para o público, além da explicitação da vulnerabilidade onde questões fisiológicas acabam sendo preponderantes se comparadas ao processo de aquisição de novos conhecimentos e projeção de alternativas. A seguir, será relatado como funciona a intermediação de mão de obra no Sistema Nacional do Emprego no município de Santana do Livramento.

4.3 Ações ofertadas pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE)

A intermediação de mão obra no SINE funciona através do contato com empresas para fazer a captação das vagas, e conseqüentemente ofertar as que estiverem disponíveis. A partir disso, o trabalhador vai até a agência para deixar seu currículo e concorrer à vaga que mais se encaixa com o seu perfil.

O sistema do SINE é federal, do Ministério da Economia, nesse sistema não é permitido nenhum tipo de seletiva própria para pessoas de baixa renda, todos devem concorrer às vagas juntos, independente do sexo e idade.

As pessoas de baixa renda conseguem vagas que não demandam muita escolaridade, ou quando a pessoa tem experiências, mas precisam ser pessoas educadas, que saibam falar adequadamente (Participante H).

Das vagas disponíveis no sistema atualmente as que mais se encaixam no perfil de baixa renda do estudo, são as de colhedores de uva, no entanto é uma vaga mais para o perfil masculino. Demandando passar alguns meses nos campos, colhendo. O perfil de

jovens mães, por exemplo, não se encaixa por terem estas a responsabilidade de cuidar dos filhos.

É notório a partir da conversa com o participante, que as dificuldades de inclusão socioeconômicas desse público influenciam na hora de conseguir emprego. Conforme Cardoso (2013), a redução desse público no mercado de trabalho é constante, principalmente das mulheres, por ser um público que precisa lutar constantemente por seus direitos e reconhecimento. Na próxima seção será exposto os obstáculos enfrentados pelas jovens mães de baixa renda para chegarem até a inclusão produtiva.

4.4 Obstáculos para inserção no mercado de trabalho

Conforme os dados do (IBGE 2021), mulheres com filhos em casa, na faixa entre 25 a 49 anos, têm menos taxa de empregabilidade do que mulheres dessa mesma faixa etária sem filhos, o que se encaixa no perfil das jovens mães que participaram do estudo.

Nas palavras de uma das mães, ter filhos é um critério na hora das entrevistas de emprego “para saberem se vão te contratar ou não” (jovem mãe E). Essa fala corrobora o fato em que a presença de crianças no domicílio acaba sendo um fator que afasta as mulheres do mercado de trabalho ou justifica seu desemprego. Isso se deve ao cenário em que vivemos ainda ser machista, ao ponto de as mulheres serem desacreditadas e taxadas de incapazes de exercer mais de uma função: ser mãe e trabalhar (CORRÊA, 2004).

A jovem mãe B, que participou de uma conversa mais aprofundada com a autora, ela reside nos fundos da casa dos pais, e embora o curso superior, está desempregada desde que a primeira filha de 2 anos e 7 meses nasceu. Percebeu-se, pela conversa, que nenhum familiar está disponível para ficar com as crianças para ela possa procurar emprego ou trabalhar, sendo esse um dos motivos para continuar desempregada. Embora exista uma creche municipal no bairro, como o segundo filho possui apenas 2 meses ele ainda não pode ser matriculado e ela necessita estar em casa para os cuidados domésticos e familiares.

Atualmente, a renda da jovem mãe B é o bolsa família (atual Auxílio Brasil) no valor de R\$ 407,54 e uma pequena ajuda do pai das crianças. Dessa forma, ela busca aumentar sua renda fazendo doces e bolos para vender no bairro; no entanto passa bastante dificuldades para comprar os ingredientes além de não conseguir vender, na maioria das vezes, tudo que produziu.

Tal experiência não é exclusiva da Jovem mãe B, a Jovem mãe A, tenta empreender e não consegue pela falta de oportunidade e dinheiro. O acesso ao

microcrédito seria uma alternativa. No entanto, para essa faixa de renda as exigências das entidades financeiras tornam o acesso muito difícil, como reforçado pela Participante F: “baixa renda para eles é o salário mínimo”, não sendo, assim, possível para jovens mães conseguirem o microcrédito nessa instituição financeira de Santana do Livramento.

Outro obstáculo enfrentado pelas jovens mães que se encontram desempregadas é a falta de auxílio da família para cuidar das crianças enquanto elas trabalham. O bairro Vila Real não possui creche para ensino infantil, então as mães da região precisam ficar em casa tomando conta de seus filhos até eles entrarem na escola. No seguimento, será abordado os obstáculos das jovens mães acessarem as oportunidades de qualificação profissional e intermediação de mão de obra.

4.5 Oportunidades de qualificação profissional e intermediação de mão de obra

A jovem mãe A tem o ensino médio completo e diversas experiências profissionais (Hotel Jandaia, Lojas Vivo, algumas lojas de roupa), contudo depois de virar mãe não conseguiu nenhuma oportunidade de emprego. Somente entrevistas que ao saberem da sua situação com dois filhos não dão mais retorno.

As outras mães que participaram do estudo também estão com o ensino médio completo, com exceção de uma que tem ensino superior completo realizado na Universidade Federal do Pampa, no entanto não atua na área que cursou.

“Tem bastante procura pelo público de baixa renda, mas as empresas por exigirem experiência, não tem como lidar com esse público sem ter algum curso específico, não digo nem uma universidade. E a população de baixa renda não tem recursos infelizmente para fazer cursos gratuitos, como um técnico administrativo” (Participante H).

A partir das palavras do participante H, conclui-se que o ensino formal não basta para competirem pela vaga de emprego, se faz necessária algum nível de capacitação profissional às jovens mães. Como as empresas estão cobrando cada vez mais capacitação na área que vão contratar, isso acaba se tornando mais um obstáculo para elas.

Com a experiência de campo, percebeu-se a vontade das jovens mães desempregadas voltarem a estudar e trabalhar. Com isso, constata-se que a falta de oportunidades de inserção no mercado de trabalho é o maior obstáculo para jovens mães de baixa renda.

Como já havia sido caracterizado por Souza (2013) e ratificado com o perfil das jovens mães do estudo, não basta que o público de baixa renda tenha alguma capacitação e experiência profissional, é preciso que surjam oportunidades para incluí-lo no mercado

de trabalho, uma vez que esse processo está cada vez mais seletivo. Na sequência, constam as considerações finais.

6. Considerações finais

Esse artigo propôs reflexões sobre a inclusão produtiva urbana para jovens mães de baixa renda da cidade de Santana do Livramento e acredita-se ter cumprido com os objetivos propostos, pois identificou os obstáculos enfrentados para chegar à inclusão produtiva, através de uma comparação com o referencial teórico e os dados coletados.

No que tange as políticas de inclusão produtiva ofertadas no município, foram identificadas poucas oportunidades para o perfil delimitado no estudo. Percebeu-se que as instituições financeiras (A, B, C, D e E) ofertam microcrédito, no entanto não é acessível para a faixa de renda das jovens mães. Também foram identificadas oportunidades de qualificação profissional gratuitas ofertadas pela instituição da entrevistada G, sendo uma oportunidade para o desenvolvimento das jovens mães, porém essas ações não são divulgadas, sendo feito apenas uma busca cega nos bairros carentes, o que acaba dificultando o acesso de quem realmente procura qualificação.

Outro ponto a ser destacado, é o difícil acesso a intermediação de mão de obra para o público de baixa renda, pois, como eles não dispõem de muita qualificação e escolaridade acabam ficando com as vagas que demandam mais serviços braçais. No entanto, essas vagas não se encaixam no perfil das jovens mães, pois, demandam ficar algum tempo longe de casa e da família.

Constatou-se a dificuldade das jovens mães para ingressarem no mercado de trabalho após terem seus filhos, majoritariamente por dois motivos: falta de apoio para cuidar das crianças e difícil reinserção ou inserção no mercado de trabalho.

Além disso, como principal contribuição deste estudo, a pesquisa de campo explanou as dificuldades das jovens mães para alcançar a inclusão produtiva em relação a sua difícil entrada no mercado de trabalho e mostrou também como a rotina das mulheres de baixa renda muda quando se tornam mães.

O contato com as jovens mães possibilitou conhecer o que é ofertado de inclusão produtiva para esse público em Santana do Livramento. A partir disso, foi notória a carência de políticas públicas de inclusão produtiva que as amparem e as ajudem nesse processo de inserção ao mercado de trabalho.

Faz-se necessário ressaltar que o estudo foi realizado durante a pandemia do Covid-19, e isso trouxe algumas limitações e dificuldades para sua realização, como o receio da parte de algumas mães de participar (por ser uma pesquisa que demandaria mais

tempo da presença delas), em virtude disso, foram repassados à autora dezenas de contatos de celular, sendo alguns números falsos e, em outros casos, não se obteve resposta na hora das ligações.

Outra limitação foi a distância do ESF comparado com o centro do município, sendo um caminho feito somente de ônibus pela autora, o mesmo feito pelas jovens mães, algo que conseqüentemente dificulta para elas na hora de irem buscar emprego ou trabalhar.

Tentou-se também contato com outras entidades ofertantes de qualificação profissional (exemplo o Sebrae) e outras entidades financeiras (Caixa Econômica Federal, Itaú), no entanto não ocorreu interesse da parte dessas em participar do estudo. Desta forma, entende-se que a não participação de um número maior de organizações ofertantes de serviços constitui-se numa limitação deste trabalho.

Para concluir, busca-se colaborar com futuras pesquisas sobre o perfil da pobreza e da extrema pobreza de Santana do Livramento, sendo essas voltadas para inclusão produtiva de públicos diferentes (pessoas negras, deficientes, idosos, LGBTQIA+, inclusão produtiva rural) para poder explorar seus obstáculos e encontrar soluções de inclusão produtiva específicos para cada perfil. Ainda como sugestão de futuras pesquisa fica o interesse em se debruçar sobre o hiato existente entre a formulação das políticas socioassistenciais de inclusão produtiva e a sua execução nos municípios.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução CMN nº 4.854 de 24/9/2020**. GOV.BR, 2020. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4854>. Acessado em: 23 de fevereiro de 2022.

BANCO DO NORDESTE. **Banco do Nordeste prorroga em mais 30 dias pagamento de prestações do Crediamigo**. Fortaleza, 2020. Disponível em

https://www.bnb.gov.br/noticias/-/asset_publisher/x8xtPijhdmFZ/content/banco-do-nordeste-prorroga-em-mais-30-dias-pagamento-de-prestacoes-do-crediamigo/50120.

Acessado em: 23 de fevereiro de 2022.

BARROS, R.; MENDONÇA, R.; TSUKADA, R. Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil. Brasília, DF: **Secretaria de Assuntos**

Estratégicos, 2011(Chamada para debate: textos para discussão).

BRAGA, T. S. **Programas Públicos de Microcrédito Produtivo Orientado: uma avaliação da eficácia do Crediamigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito.** Salvador, 2011.

CORRÊA, A. M. H. **O assédio moral na trajetória profissional de mulheres gerentes: evidências nas histórias de vida.** Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

DIHL, E. B. **O Programa Bolsa-família como dispositivo para a inclusão produtiva: possibilidades e desafios.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Unisinos, São Leopoldo. BR, 2015.

FERNANDES, M.; BRITO, E.; SILVA, A.; PICCOLO, I.; SOUZA, J.; CUNHA, L.; MAKIAMA, T. **Assédio, sexismo e desigualdade de gênero no ambiente de trabalho.** ISSN, 1983-4225 – v.14, n.1, jun. 2019.

FUNDAÇÃO ARYMAX. **As 7 áreas de atuação e os 3 campos mais promissores.** São Paulo 2020 Disponível em:
<https://arymax.org.br/conhecimento/inclusao produtivanobrasil/areas-de-atuacao/>.
Acessado em: 31 de agosto de 2021.

FUNDAÇÃO ARYMAX. **Inclusão Produtiva no Brasil. Evidências para impulsionar trabalho e renda.** São Paulo, 2019. Disponível em:
https://arymax.org.br/conhecimento/inclusao produtivanobrasil/inclusao_produtiva_estudo_completo.pdf. Acessado em: 31 de agosto de 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas Ltda, 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa,** 4ºed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

IBGE- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero- Indicadores sociais das mulheres no Brasil,** 2º edição, 2021. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf . Acessado: 30 de julho de 2021.

IBGE- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros, inclusão produtiva.** 2014. Acessado em 20 de agosto de 2021
Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94542.pdf>
Acessado: 30 de julho de 2021.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Uma Proposta de Erradicação da Extrema Pobreza Urbana via Inclusão Produtiva.** Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, B. L.; SOARES, D. S. O. Impacto do Programa Bolsa Família Sobre a Repetência: Resultados a Partir do Cadastro Único, Projeto Frequência e Censo Escolar. Texto para discussão 1814, **IPEA**, Rio de Janeiro 2013.

MONTAGNER, P.; MULLER, L. Inclusão produtiva urbana: o que fez pronatec/ bolsa formação entre 2011 e 2014. **Caderno de Estudos**. Desenvolvimento Social em Debate, Brasília 2015.

NUNES, N. M. S. **Inserção Produtiva e Assistência Social: caminhos para a inclusão**. Porto Alegre, 2012, PUCRS.

SILVA, S. P. A economia solidária na estratégia de erradicação da pobreza extrema no Brasil. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise. Brasília, **IPEA**, n. 47, 2011.

SILVA, S. P. A Inclusão Produtiva como Eixo de Política de Proteção Social: Contexto Latino-americano E Questões para a Realidade Brasileira. Texto para discussão nº2605, **IPEA**, Brasília, outubro de 2020.

SILVA, S. P. Políticas de Inclusão Produtiva: o “elo perdido” da proteção social? Políticas Sociais: acompanhamento e análise, BPS, n. 27, 2020, **IPEA**, Brasília.

SOUZA, F. V. F. **Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações**. O Social em Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Brasil. Questão, vol. 16, núm. 30, 2013, Julho- P 287-298.

SUASSUNA, P. A. **Programa nacional de microcrédito produtivo orientado (pnmpo): Um Estudo de Caso na Feira de Impostos/DF**. Brasília, novembro, 2011.

TCU- Tribunal de Contas da União. Acórdão 1756/2020 – plenário. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em:

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/redireciona/acordao-completo/%22ACORDAO-COMPLETO-2378621%22>. Acessado em: 31 de agosto de 2021.

TCU- Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 959/2021 – plenário. **Ministério do Desenvolvimento Social**. P.2. Disponível em:

<https://cdn.brasildefato.com.br/documents/41a0b1298004c8617c4faeb0c1fc116c.pdf>. Acessado em: 31 de agosto de 2021.